

## **A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO DO SUL DE MINAS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG**

Evaldo Lima Ribeiro\*

Avenida Sapucaí – 269 - bairro Boa Vista – CEP: 37540-000 – Santa Rita do Sapucaí – MG

### **RESUMO**

Esse artigo tem o objetivo de apresentar e discorrer sobre o comércio exterior, importação e exportação e sua importância para a região do sul de Minas para as micro e pequenas e médias empresas, tabelas de alíquotas de impostos, desenvolvimento regional, econômico e social além de verificar por intermédio de pesquisas melhorias para a região. Os analistas regionais têm se preocupado com questões inerentes ao comércio internacional devido, dentre outros fatores, ao processo de globalização e à hipótese de que o crescimento de uma região está diretamente relacionado com a sua habilidade em competir no mercado internacional.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior; Importação; Exportação.

---

## **ABSTRACT**

This paper aims to present and discuss foreign trade, import and export and its importance for the region south of the mine for micro and small enterprises, tables of tax rates, regional, economic and social development and to verify through improvements to the search region. Regional analysts have been concerned with issues related to international trade due, among other factors, the globalization and the hypothesis that the growth of a region is directly related to its ability to compete in the international market process.

**Keywords:** Foreign Trade, Import, Export.

## **INTRODUÇÃO**

O Brasil há tempos pretérito esteve à margem do comércio exterior. Desde seu “descobrimento” quando o país se torna uma colônia de Portugal, firmou-se um pacto colonial onde as trocas comerciais se resumiam ao envio de matérias primas para a metrópole e a compra de mercadorias manufaturadas provenientes da mesma. Esse fato ainda que tenha acontecido em uma época em que o mercantilismo era a forma de comercialização imperante, significou grande atraso para o desenvolvimento de uma cultura comercial internacional em nossa nação.

---

As trocas internacionais só passaram a acontecer com a vinda da corte portuguesa para o Brasil no início do séc. XIX. <sup>(1)</sup>

Ainda vemos que não apenas o fato do Brasil ser ainda um país em desenvolvimento econômico, mas também pela cultura comercial internacional que é quase geneticamente herdada por nossas lideranças governamentais nos impedem de arriscarmos investimentos em áreas onde outros países menos favorecidos que o nosso têm encontrado alternativas de sucesso comercial. <sup>(1)</sup>

Atualmente, existem no país aproximadamente quatro milhões de empresas, sendo que 98% são de pequeno e médio porte, que respondem por 20% do PIB. O número de empresas exportadoras, que em algum momento exportaram mercadorias, evoluiu de cerca de seis mil, em 1976, para cerca de 16 mil, em 2000, representando aproximadamente 0,4% das empresas existentes no País. No entanto, cerca de 97 empresas de grande porte foram responsáveis por 53% das exportações em 2000. No período de 1990 a 1999, o número de empresas que exportaram permanentemente é inferior a três mil. <sup>(2)</sup>

O crescimento das exportações brasileiras reveste-se de importância estratégica, tanto para as empresas quanto para o governo. Para as empresas, exportar significa melhorar a rentabilidade das operações, maior produtividade, diminuição da carga tributária, redução da dependência das vendas internas, experiência pela atuação em outros mercados, estímulo para aumentar a eficiência e a competitividade, aperfeiçoamento de recursos humanos e dos processos industriais, além de mitigar riscos. Para o governo, o aumento nas exportações contribui para a obtenção de superávit na Balança Comercial, aquecimento da economia e aumento na criação de empregos formais. <sup>(3)</sup>

As pequenas e médias empresas (PME) vêm assumindo um papel de importância crescente na economia brasileira. Devido a este fator, a política atual tem apontado alguns vetores como: no plano econômico a globalização, o câmbio, e a conseqüente competição internacional; no plano social a regionalização, até como resposta aos efeitos da globalização econômica que obrigam os países a reduzirem seus custos. <sup>(4)</sup>

Considerando-se a situação atual da economia brasileira e os impactos positivos das exportações para o crescimento do país, sabemos que a riqueza de um país está associada ao seu montante de produção e suas vendas ao mercado nacional e internacional. O Sul de Minas tem um complexo industrial de micro e pequenas empresas relevante e contribui para o país com a produção de vários produtos agrícolas e industriais com conteúdo tecnológico.

Deste modo, a abordagem do comércio exterior, com vista às importações e exportações, sob a óptica das pequenas e médias empresas, tendo como enfoque o atual cenário de desenvolvimento e infra estrutura brasileiro, configura-se de fundamental importância, seja para compreender este fenômeno, seja para o desenvolvimento de estratégias econômicas e comerciais, regionais e sociais.

### **OBJETIVO**

Com base no exposto anteriormente, o presente estudo tem por objetivo buscar e identificar na literatura científica, visando discorrer sobre o comércio exterior, importação e

exportação e sua importância para a região do sul de minas para as micro e pequenas e empresas, tabelas de alíquotas de impostos, desenvolvimento regional, econômico e social além de verificar por intermédio de pesquisas melhorias para a região.

### **COMÉRCIO EXTERIOR: TRIBUTAÇÃO, FORMAS DE PAGAMENTO E DE EXPORTAÇÃO**

O mundo empresarial vive num cenário de grandes desafios, diante da competitividade e da globalização, onde cada vez mais deve reduzir custos, melhorar a qualidade de seus produtos, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, suas receitas. Na busca de alternativas para o alcance desses alvos, muitos empresários e administradores têm se decidido por operar no comércio exterior. <sup>(5)</sup>

O desenvolvimento do mecanismo do comércio exterior fica em maior cargo do governo, cabendo a este fornecer subsídios para que novos campos de produção cresçam e evoluam, ganhando visibilidade e competitividade lá fora. Também faz parte de suas atribuições o estabelecimento de normas e

diretrizes intranacionais a serem seguidas pelas empresas que desejam manter relações comerciais com comerciantes estrangeiros. Às empresas cabe acatar e observar as normas e procedimentos impostos pelo governo nacional, assim como, as exigências do parceiro comercial com quem se está negociando. <sup>(1)</sup>

No que se refere às importações destaca-se a possibilidade de preços mais competitivos no mercado externo de materiais usados como matéria prima na indústria nacional, através dela também se tem acesso a novas tecnologias e produtos que irão trazer um diferencial competitivo no mercado interno. Em relação a esse aspecto o governo deve atuar regulando a entrada de mercadorias estrangeiras em demasia, com vistas a evitar possíveis falências de concorrentes nacionais. <sup>(1)</sup>

Quando se fala em exportações, vale lembrar que é um processo que envolve todo o planejamento nacional, é um fato que afeta a economia de forma direta e deve estar dentro de um plano estratégico de crescimento econômico. Sendo assim, compreende inúmeros outros órgãos, departamentos, comissões e secretarias dentro do setor público e privado, como

exemplos, podemos citar a Secretaria da Receita Federal que fiscaliza e arrecada tributos; o Banco Central do Brasil (Bacen) que fiscaliza e controla operações de câmbio; a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex Brasil) que tem por objetivo incentivar o implemento das exportações de pequenas empresas. <sup>(1)</sup>

Existem inúmeras vantagens em se trabalhar com o comércio exterior. As empresas tornam-se mais produtivas, buscam aperfeiçoar seus processos industriais e comerciais, melhoram a qualidade de seus produtos, aumentam sua capacidade inovadora e ainda possuem privilégios tributários. <sup>(6)</sup>

### **Tributos Incidentes sobre a Importação**

A definição de tributo nos é apresentada pelo próprio Código Tributário Nacional, que em seu art. 3º versa que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O tributo só poderá ser pago mediante dinheiro, não podendo ser substituído por bens ou serviços, e sua incidência é indiferente à vontade do contribuinte. Sua cobrança deverá estar amparada por lei e seu fato gerador pode ser qualquer fato, desde que lícito. Em casos ilícitos, o objeto da prestação não será o tributo, mas a sanção. <sup>(5)</sup>

Os benefícios fiscais e tributários podem ser classificados, de acordo com Alves e Freitas <sup>(5)</sup> como Não-Incidência, Imunidade, Isenção e Redução de Base de Cálculo.

A não-incidência tributária elenca todos os fatos não previstos e nem abrangidos pelo campo da incidência tributária. A imunidade tributária é um benefício fiscal, outorgado pelo texto constitucional que abrange os tributos incidentes sobre a importação nas operações com o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial; e nas operações com livros, jornais e periódicos, ou papéis destinados à sua impressão desde que previamente reconhecidos pelo fisco.

A isenção pode ser condicional ou incondicional, por prazo certo ou indeterminado. E, salvo expressa disposição em lei, as isenções

do imposto são em razão do produto ou mercadoria (objetiva) e não da pessoa do contribuinte ou adquirente (subjativa).

Outro benefício, a Redução da Base de Cálculo, é uma regra de diminuição de tributação que beneficia operações e prestações específicas, reduzindo em determinado percentual o valor que serve para base de cálculo do ICMS.

Vale ressaltar ainda que, existem alguns órgãos ou instituições responsáveis por gerir o comércio exterior no país. <sup>(5)</sup> Estes órgãos são:

- Secretaria de Comércio Exterior – SECEX;
- Secretaria da Receita Federal – SRF;
- Banco Central do Brasil – BACEN;

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, normatiza, supervisiona, orienta, planeja, controla e avalia as atividades comerciais do Brasil com outros países, em observância à política de comércio exterior vigente. <sup>(7)</sup>

A Secretaria da Receita Federal, subordinada ao Ministério da Fazenda, fiscaliza

as exportações e as importações de mercadorias e a correta utilização dos incentivos fiscais concedidos pela legislação em vigor, bem como arrecada os direitos aduaneiros incidentes sobre a entrada e saída de mercadorias no País. <sup>(7)</sup>

O BACEN, autarquia federal que efetua o controle de capitais estrangeiros, mantém em depósito as reservas oficiais em ouro, em moeda estrangeira e em Direitos Especiais de Saque; autoriza as instituições financeiras a operar em câmbio e as fiscaliza; atua no mercado de câmbio, financeiro e comercial, no sentido de manter a estabilidade relativa das taxas de câmbio e o equilíbrio no balanço de importações e exportações. <sup>(7)</sup>

### **Sistema integrado de comércio exterior – SISCOMEX**

Em 1993, o Governo Federal, implantou um sistema operacional denominado Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX. Este sistema informatizado está integrado à rede SERPRO do Ministério da Fazenda. <sup>(8)</sup>

O SISCOMEX tem como objetivo conectar os principais usuários do sistema, ou seja, os exportadores, importadores, Secretaria da Receita Federal – MF, Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S/A, bancos autorizados a operar em câmbio de moeda estrangeira, representantes legais de empresas exportadoras, e importadoras, empresas de transportes e outras secretarias e departamentos dos demais ministérios diretamente relacionados com diversos aspectos do comércio exterior brasileiro. <sup>(9)</sup>

A consequência mais importante advinda da implantação completa do SISCOMEX é o fornecimento atualizado dos dados correspondentes à situação da balança comercial, o que possibilita ao governo tomar medidas corretivas para minimizar os *déficits* comerciais e também possibilita a eliminação de um número significativo de documentos e a criação de chamados documentos virtuais. <sup>(7)</sup>

Ao atuar com exportação a empresa exportadora se beneficia dos seguintes pontos, de acordo com Aduaneiras <sup>(8)</sup>

- Maior competitividade externa e interna;
- Atualização tecnológica permanente;
- Aumentos de produção, ou seja, economia de escala;
- Menor dependência do mercado interno seja nos aspectos econômicos, geográficos, financeiros ou sazonais;
- Abertura de novos canais de crédito e financiamento.

A busca na literatura também permitiu identificar as principais modalidades utilizadas no pagamento das exportações. Dentre essas modalidades, destacam-se a remessa antecipada, a cobrança à vista ou a prazo, a carta de crédito e o cartão de crédito.

Na remessa antecipada, o pagamento da mercadoria ocorre pelo importador mediante cheque ou ordem de pagamento bancária, antes do embarque. Já na cobrança à vista ou a prazo, o pagamento é à vista ou a prazo, após a entrega da mercadoria no seu destino.

Tem-se também a carta de crédito à vista ou a prazo. Neste método, um banco garante o pagamento da mercadoria através de uma carta de crédito. O pagamento será

efetuado quando for entregue a mercadoria. O último método refere-se ao cartão de crédito, no qual o pagamento da mercadoria é efetuado via cartão de crédito. Existem limitações de valores para este tipo de operação e é mais utilizado para compras de pessoas físicas de baixo valor.

### **Modalidades de venda - INCOTERMS**

Os termos internacionais de comércio são regras que definem, de forma precisa, os direitos e obrigações das partes, indicando em que local e momento termina a responsabilidade do exportador e começa a responsabilidade do importador. Essas condições devem constar no contrato de compra e venda, em Fatura Pro Forma (fatura emitida em caráter preliminar com todas as características da fatura definitiva) ou em outro documento que formalize o negócio.

Os INCOTERMS são atualizados continuamente, de acordo com os usos e costumes dos países. Este instrumento tem ajudado muito o desenvolvimento do comércio mundial, já que assim todos os países podem utilizar regras uniformes e universalmente



aceitas, independentemente de leis, costumes, distâncias, sistemas econômicos, tamanhos. <sup>(13)</sup>

despesas, bem como a responsabilidade por perdas e danos que a mercadoria possa vir a sofrer, correm por conta do comprador.

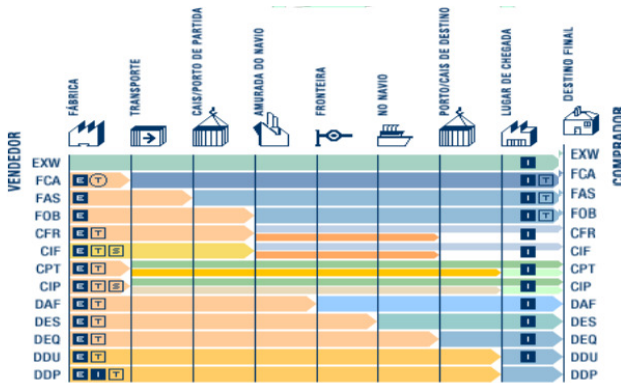


Figura 1 - Modalidades de venda (INCOTERMS)

**Ex works (EXW):** a mercadoria é entregue ao comprador no estabelecimento do vendedor. Cabem ao comprador todas as despesas e riscos desde o recebimento da mercadoria no local designado até o destino final.

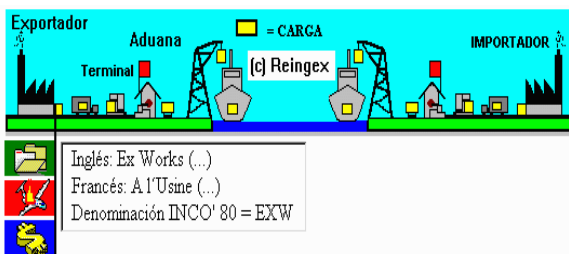


Figura 2 – Modalidade de venda EXW

**Free Carrier - (FCA):** compete ao vendedor entregar a mercadoria à custódia do transportador, indicada pelo comprador, no local determinado. A partir desse momento, todas as

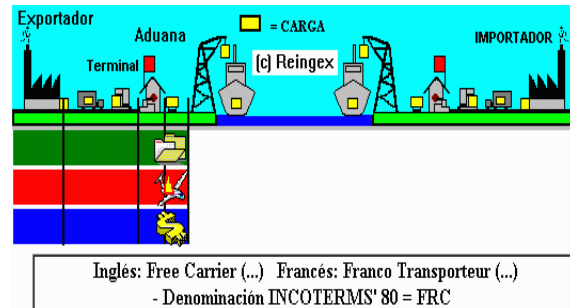


Figura 3 – Modalidade de venda FCA

**Free on board – (FOB):** Nessa condição de venda, correm por conta do exportador todas as providências e custos necessários para a colocação da mercadoria a bordo do navio. Ficam por conta do importador o frete e o seguro internacionais, além das providências para desembarço da mercadoria no porto de desembarque em seu país. Essa modalidade de frete é a mais utilizada pelas empresas exportadoras de maçãs.

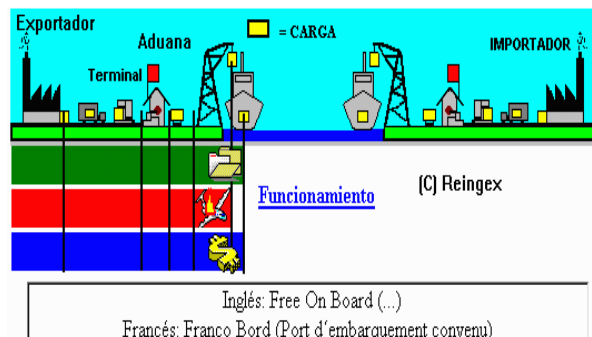


Figura 4 – Modalidade de venda FOB

**Cost insurance end fright – (CIF):**

estabelece, para o exportador, as mesmas condições da modalidade CFR e, adicionalmente, a obrigação de contratar e pagar o prêmio do seguro referente ao transporte internacional. Ao importador cabe o desembaraço alfandegário da mercadoria no porto de desembarque em seu país.

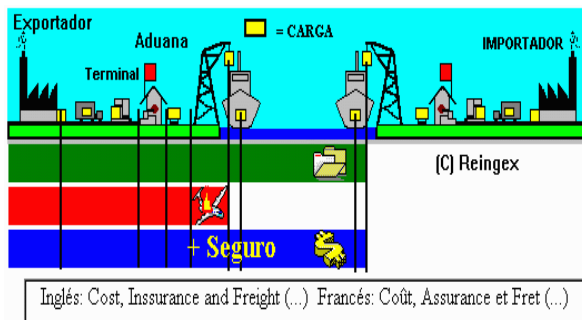


Figura 5 – Modalidade de venda CIF

**A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO SUL DE MINAS NO COMÉRCIO EXTERIOR DE MG**

Em maio de 2012, o comércio exterior de Minas Gerais caracterizou-se pela quebra de vários recordes. Por exemplo, as exportações mensais superaram, pela primeira vez, a casa dos US\$ 2 bilhões, registrando valor 35,1% superior ao exportado no mesmo mês do ano anterior, apesar da valorização do real. O período foi marcado também pelo maior aumento

do saldo comercial em 2012, que atingiu US\$ 1,2 bilhão, com crescimento de 26,2%.

As exportações atingiram o valor recorde anual de U\$18,3 bilhões, dando continuidade ao ciclo de expansão que se acelerou a partir de 2003. O crescimento anual foi 17,2%, superior ao verificado em 2010, contrariando expectativas negativas decorrentes da valorização e instabilidade da moeda brasileira frente ao dólar americano. No período de 5 anos, o crescimento acumulado foi de 189%.

As importações alcançaram US\$ 6,5 bilhões, recorde histórico anual, decorrente de expressivo crescimento de 34% em relação a 2010. Este crescimento foi quase o dobro do verificado nas exportações (+17,2%). Porém, um dado é que cerca de dois terços do valor importado referiu-se a insumos produtivos e a bens de capital.

O Sul de Minas tem uma participação expressiva nas exportações de Minas Gerais, o que contribuiu para forte crescimento do comércio exterior no estado. O gráfico abaixo mostra a importância da economia regional para a economia mineira:

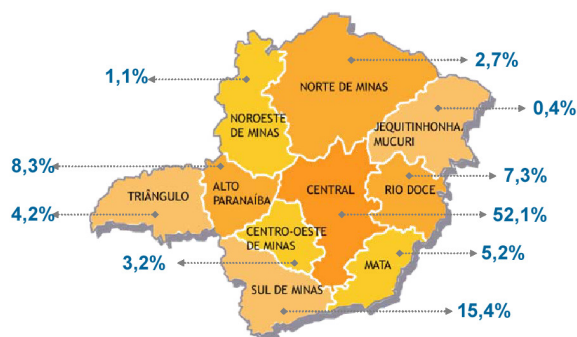


Gráfico 1 – Importância da região mineira

Do ponto de vista de sua atividade econômica, as atividades de maior relevância seriam: processamento de café, embalagens, fármacos, produtos alimentares, confecções e turismo. <sup>(11)</sup>

A tabela abaixo ilustra a relativa importância econômica da região no estado de Minas Gerais:

Tabela 1: Participação da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais no Produto Interno Bruto do estado entre 2002 e 2006. (Em %)

Mesorregiões de MG/Anos	2002	2003	2004	2005	2006
Campo das Vertentes	2,18	2,16	2,17	2,10	2,01
Central Mineira	1,67	1,75	1,73	1,78	1,82
Jequitinhonha	1,23	1,25	1,13	1,17	1,13
Metropolitana de Belo Horizonte	40,91	40,40	40,99	41,56	42,46
Noroeste de Minas	1,79	1,91	1,78	1,78	1,51
Norte de Minas	4,00	3,99	3,80	3,93	3,83
Oeste de Minas	3,89	3,94	4,02	4,03	3,95
<b>Sul/Sudoeste de Minas</b>	<b>12,78</b>	<b>12,20</b>	<b>12,51</b>	<b>12,40</b>	<b>12,49</b>
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	15,55	16,66	16,08	15,68	15,42
Vale do Mucuri	0,94	0,90	0,83	0,86	0,85
Vale do Rio Doce	6,74	6,80	7,06	6,77	6,71
Zona da Mata	8,34	8,04	7,89	7,93	7,83
<b>Total do estado de Minas Gerais</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Contas Nacionais IBGE/IPEA, a partir de dados de valor adicionado, 2009.

Observa-se que o Sul de Minas ainda fica atrás da região central, pois a mesma exporta produtos minerais (*commodities*) valorizados na arena global. O Sul de Minas, porém apresenta várias cidades com ofertas de produtos exportáveis como Poços de Caldas com a

produção de alumínio, Varginha grande centro de tecnologia e exportadora de café. Dentre outras cidades se destacam Santa Rita do Sapucaí como pólo da indústria eletrônica, Itajubá metal mecânica e Extrema que devido a sua localização geográfica privilegiada e estratégica, vem atraindo investimentos de empresas de pequeno e médio porte, dentre outras cidades.

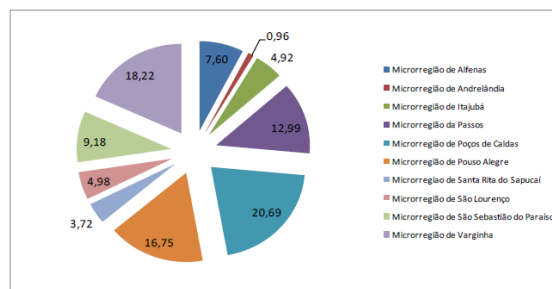


Figura 6 - Participação de cada microrregião no total do valor adicionado gerado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais em 2007

De acordo com a tabela, as microrregiões de Poços de Caldas (20,69%), Varginha (18,22%) e Pouso Alegre (16,75%) representam a maior parte do valor adicional fiscal (VAF) (57%) gerado pela região do sul de Minas.

Já as microrregiões de Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, que pesem dispor de um parque industrial estabelecido, com destaque

para os segmentos de tecnologia, ainda apresentam baixa participação no total do VAF gerado na região. Juntas elas representam apenas 8,64%. Entretanto devemos considerar que a expectativa é que essa participação venha a crescer ao longo dos próximos anos em função dos pesados investimentos anunciados pelas indústrias ali localizadas. <sup>(11)</sup>

### CONCLUSÃO

Conclui-se, com a realização do presente estudo, que as atividades de importação e exportação atuam positivamente para a balança comercial nacional. Neste contexto, as pequenas e micro empresas tem dado grande contribuição para esse comércio, as quais mostram-se crescente atualmente, seja em quantidade, seja em produtividade.

A região do sul do Estado de Minas Gerais apresenta grande quantidade de empresas que enquadram-se nessa categoria, as quais tornam a região, de grande importância para o cenário empresarial e comercial estadual e nacional.

Contudo, ressalta-se que, a partir do presente estudo, pode-se desprender que são grandes os entraves que as empresas enfrentam para a efetivação do comércio exterior. Uma das principais dificuldades enfrentadas são os altos tributos e impostos sobre as transações comerciais, o que dificulta e até mesmo inviabiliza certas atividades. O valor que as empresas gastam com tais tributos poderiam ser investidos na própria empresa, resultando em maiores produtividades e lucro, o que também contribuiria para fortalecer ainda mais a economia e a indústria nacional.

### REFERÊNCIAS

1- Szezerbicki, A. S. Comércio exterior brasileiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

2- Maciel, G. M.; Lima, L. M. M. **Consórcios de exportação**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

3- Amato Neto, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais:**

- oportunidades para as pequenas e médias empresas.** São Paulo: Atlas, 2000.
- 4- Casarotto Filho, N. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana.** São Paulo: Atlas, 1999.
- 5- Alves, A. C.; Freitas, J. A. **Contabilidade no comércio exterior: uma abordagem dos Benefícios fiscais e tributários concedidos na importação.** XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010.
- 6- Costa, A. M. B.; Souza, G. C.; Pilenguy, M. M. O. Comparativo entre o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX Financiamento e Empréstimos de Capital de Giro como fontes de financiamento para suprir a Necessidade de Capital de Giro: Um Estudo de Caso. **Revista Eletrônica Saber Contábil**, v. 2, nº 1 - Jan/Abril 2012.
- 7- Raizer, A. F. Gestão e contabilização das operações de exportação e importação. Dissertação, 172 f. (Mestrado em Engenharia da produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- 8- Aduaneiras. **Introdução ao comércio exterior.** São Paulo: Aduaneiras, 2000.
- 9- Banco do Brasil S/A. **Comércio exterior: Como preparar a sua empresa para o desafio da exportação.** Informe BB, ed. especial. Brasília: UEN, junho/1999.
- 10- Unimercosul. Centro Unificado de Fronteira, 2013. Disponível em: <http://www.unimercosul.com.br/arquivos/1345482685-INCOTERMS.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- 11- Prates, A. M. Q. A dinâmica da estrutura produtiva da região sul/sudoeste de Minas Gerais nos anos recentes: apontamentos de sua inserção na economia mineira, 2013. Disponível em: [http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A054.pdf](http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A054.pdf). Acesso em 19 de setembro de 2013.